



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DA DEPUTADA LUANA RIBEIRO

PROJETO DE LEI Nº /2020, de setembro de 2020.

Dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação e portadores de doenças crônicas em unidades de saúde públicas e privadas do Estado do Tocantins.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º As unidades de saúde hospitalares das redes públicas e privadas do Estado do Tocantins ficam obrigadas a prestarem assistência odontológica a pacientes em tratamento sob regime de internação e/ou portadores de doenças crônicas, nos termos desta Lei.

§ 1º A assistência odontológica de que trata o caput deste artigo será executada por cirurgiões-dentistas e/ou técnicos em saúde bucal, de acordo com as atribuições legais específicas.

§ 2º A assistência odontológica aos pacientes portadores de doenças crônicas fica assegurada mesmo àqueles que não se encontrarem em regime de internação.

Art. 2º Aos pacientes internados em regime de Terapia Intensiva - UTI, a assistência odontológica será prestada obrigatoriamente por cirurgião-dentista e, nas demais unidades, poderá ser prestada por técnico em saúde bucal supervisionado por um cirurgião-dentista.

Art. 3º O cirurgião-dentista deverá estar habilitado, com registro no respectivo Conselho de Classe, para executar ou coordenar a assistência odontológica a pacientes internados ou pacientes crônicos em regime ambulatorial.

Art. 4º Em todos os casos, a assistência de que trata esta Lei só será prestada após consentimento informado do paciente ou de seu representante legal.

Parágrafo único. Nas situações em que a prestação da assistência demande o pagamento, pelo próprio paciente ou seu representante legal, de honorários ou de outros custos diretamente relacionados com os cuidados prestados, o consentimento informado especificará os valores a serem cobrados.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DA DEPUTADA LUANA RIBEIRO

Art. 5º A presente Lei entra em vigor após 180 dias contados a partir da data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como objetivo tornar obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar, possibilitando dispor de cuidados especiais e constantes como um todo, e não apenas tratar o problema que ensejou a internação, mas também para cuidar dos demais órgãos e sistemas que podem sofrer alguma deterioração prejudicial para sua recuperação e prognóstico.

Desta forma, se faz necessário incluir o tratamento odontológico, com higiene bucal adequada, dada a interrelação entre doenças bucais e sistêmicas. Contudo, a ausência de um profissional cirurgião-dentista fazendo parte da equipe multiprofissional de hospitais e, sobretudo nas UTIs, se torna um revés.

É imperioso destacar, que esse atendimento específico busca manter a higiene bucal e a saúde do sistema estomatognático do paciente durante sua internação, como forma de controlar o biofilme e prevenindo e tratando a cárie, a doença periodontal, as infecções perimplantares, as estomatites e outros problemas bucais.

Ressalta-se, ainda que o referido atendimento, quando oferecido a pacientes críticos também contribui sobremaneira na prevenção e no combate de infecções hospitalares, principalmente as respiratórias, entre elas a pneumonia nosocomial, ou hospitalar, uma das principais infecções em pacientes de UTI favorecidas por microorganismos que proliferam na orofaringe. É deveras significativa a sua ocorrência, em razão de ser recorrente entre esse grupo de pacientes, ocasionando um número significativo de óbitos, prorrogando a internação e exigindo mais medicamentos e cuidados, o que onera ainda mais o tratamento.

Alertando, que se tratando de pacientes de UTI, em sua grande maioria, por seu estado crítico e sedação, não tem como se queixar de seu estado e de seus incômodos, os profissionais responsáveis por cuidarem da manutenção de suas vidas e saúde devem estar presentes na equipe multiprofissional, que deve ser a mais completa possível.

Nesta lógica, necessário se faz a presença e os cuidados preventivos dos cirurgiões-dentistas, pois o fato de não haver cuidados bucais oportunizam desdobramentos que vão além da boca e além até da saúde integral do paciente, podendo gerar risco de morte.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DA DEPUTADA LUANA RIBEIRO

A possibilidade de disponibilizar um maior número de vagas e reduzir gastos hospitalares está diretamente atrelada a eficácia do tratamento, e melhora do quadro clínico dos pacientes, o que minimiza a estadia dos mesmos no ambiente hospitalar.

A empreitada se justifica, em razão de que o atendimento odontológico desses pacientes, ser mitigado em seu custo, pela prevenção e por já estarem inseridos no ambiente hospitalar, sem falar no conforto e bem estar dos mesmos, quando se avalia o ônus de uma remoção de pacientes em estado crítico, o que se torna ainda mais arriscado para a sua saúde. Todo o exposto comprova a redução significativa desses custos.

Ressalta-se ainda que tal matéria, já é Lei em outras unidades federativas, como por exemplo, em Alagoas (Lei nº 8009/2018), Amapá (Lei nº 2.508/2020) e Mato Grosso (Lei nº 10.659/2017).

Posto isso e por considerar de fundamental importância este Projeto de Lei , submeto aos nobres pares a presente proposta, à qual solicito o devido apoio para sua análise e aprovação.

Sala das Sessões, aos 15 dias do mês de setembro de 2020.

Assinatura manuscrita em azul da deputada Luana Ribeiro.

LUANA RIBEIRO
Deputada Estadual